



XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à vossa apreciação as demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A. ("CAIXA Residencial, seguradora ou companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais fatos e alterações societárias

A CAIXA Residencial foi constituída em 2020 no contexto da operação contemplada no Acordo de Associação celebrado entre a Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), a CAIXA Seguridade Participações S.A. e a Tokio Marine Seguradora S.A., por meio do qual foi decidida a criação de uma nova parceria para explorar, de maneira exclusiva ou preferencial, conforme o caso, a distribuição, promoção, oferta e venda de produtos de seguro habitacional e residencial na rede de distribuição da CAIXA. Em 4 de janeiro de 2021, foi concluído o fechamento da operação, fazendo com que a CAIXA Residencial se tornasse uma *Joint Venture* entre a CAIXA Seguridade e a Tokio Marine Seguradora e possibilitando o início das operações de emissão de prêmios nos ramos Habitacional e Residencial. Após o fechamento da operação, a participação acionária passou a ter a CAIXA Seguridade com 75% de participação no capital total da CAIXA Residencial, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da CAIXA Residencial.

Construção de legado com impacto real aos lares brasileiros

O ano de 2025 foi de grandes conquistas para a CAIXA Residencial, que marca um novo momento da companhia e reforça o significado desses resultados para o nosso posicionamento no mercado de seguros Habitacional e Residencial.

Ultrapassamos a marca de R\$ 2,87 bilhões em prêmios emitidos, o que representa um crescimento de 34% em relação ao exercício de 2024 – um recorde que carrega a soma de cada entrega, com dedicação e talento de nossas equipes.

Nos consolidamos entre as lideranças do setor, em um mercado que avança no fortalecimento da cultura de seguros no Brasil. Segundo a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), os produtos voltados à proteção do lar seguem em forte expansão – e a CAIXA Residencial está puxando essa curva.

No Seguro Residencial, estamos na terceira posição no Ranking SUSEP até novembro, com 16,2% de *market share* (o segundo colocado tem 16,7%) e com um crescimento de 27% no período, bem acima da média do setor, que foi de 10%.

Já no segmento Habitacional, também superamos o mercado com um crescimento de 38,8% nos prêmios emitidos, frente a uma média de 12,8%. Mais uma vez, nossa performance foi acima da média. Esses resultados mostram mais do que eficiência, destacam que proteção gera desenvolvimento social e que cuidado transforma lares em cidadania e que, quando colocamos o cliente no centro das nossas estratégias, construímos não só bons números, mas também um legado de impacto real para o Brasil. Mais do que números, entregamos propósito.

Mais do que metas, construímos confiança.

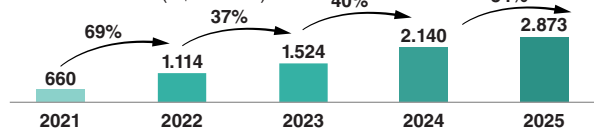
Sigamos com determinação, rumo a resultados ainda maiores.

Rodrigo Valença

CEO | CAIXA Residencial

Desempenho dos negócios

Prêmios emitidos (R\$ milhões)

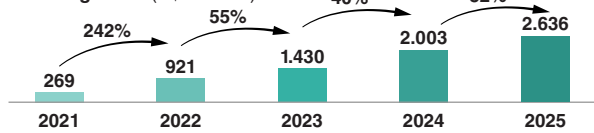


As receitas de prêmios emitidos de 2025 atingiram R\$ 2.873 milhões, sendo:

• R\$ 1.093 milhões no Seguro Residencial - 3º lugar no *Ranking* SUSEP.

• R\$ 1.780 milhões no Seguro Habitacional - 2º lugar no *Ranking* SUSEP.

Prêmios ganhos (R\$ milhões)



Os prêmios ganhos totalizaram R\$ 2.636 milhões (sendo R\$ 856 milhões no Residencial e R\$ 1.780 milhões no Habitacional).

A carteira de investimentos alcançou R\$ 1.650 milhões (R\$ 1.476 milhões em dezembro de 2024).

O patrimônio líquido da seguradora, em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.850 milhões (R\$ 1.790 milhões em dezembro de 2024) e, como resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi registrado um lucro líquido de R\$ 761 milhões (R\$ 521 milhões em dezembro de 2024).

As despesas com Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS totalizaram R\$ 620 milhões (R\$ 427 milhões em dezembro de 2024).

Clima organizacional

A seguradora conta com cerca de 300 colaboradores e mantém programas para desenvolvimento profissional e o bem-estar de suas equipes.

Em 2025, a CAIXA Residencial disponibilizou as seguintes iniciativas:

• Programa de Saúde e Bem-estar: ginástica laboral, *quick massage* e acesso ao aplicativo Total Pass (rede de academia com várias modalidades para prática de atividade física).

• Corrida e Caminhada CAIXA Residencial: evento esportivo, que contou com a distribuição gratuita aos seus colaboradores de kits para participação nas modalidades caminhada e corrida.

• Capacitação online: por meio do convênio com a Universidade CAIXA e acesso aos episódios do Podcast Fora da Casa, no qual os colaboradores têm acesso a cursos, artigos, entrevistas, infográficos e e-books disponíveis nestas plataformas digitais, com foco em diversos temas para seu desenvolvimento profissional.

• Programa de Imersão para executivos no Vale do Silício (EUA), considerado o principal polo de inovação do mundo.

• Programa de Liderança para gerentes e coordenadores: encontros mensais realizados na Escola do Caos, em São Paulo.

A companhia também participa do programa Empresa Cidadã, que oferece aos colaboradores a possibilidade de aumento da licença maternidade de 4 para 6 meses e da licença paternidade de 5 para 20 dias.

A CAIXA Residencial realiza anualmente a Pesquisa de Clima Organizacional e, em 2025, em reconhecimento às ações que vêm sendo realizadas em prol de um ambiente corporativo mais cooperativo e acolhedor, a companhia recebeu pelo quinto ano consecutivo a Certificação FIA Employee Experience (FEEEX) - Clima Organizacional.

CAIXA Residencial ESG

Por meio dos programas de incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e ao Desporto (Lei de Incentivo ao Esporte), de apoio aos idosos (Fundo do Idoso), na atenção oncológica (PRONON) e de incentivo a projetos de apoio à criança e adolescente (FIA - Fundo para Infância e Adolescência), a companhia realizou o apoio, por meio de projetos incentivos, no valor de R\$ 15,8 milhões em 2025. Neste período, também ocorreram outras doações para diferentes instituições, por meio de campanhas institucionais e pelo programa Ajuda+, criado por iniciativa de nossos colaboradores, que compartilham doações para as pessoas em situações de vulnerabilidade.

Em 2025, a CAIXA Residencial publicou seu segundo relatório de Sustentabilidade, referente ao exercício de 2024, em cumprimento aos requisitos da Circular SUSEP nº 666, bem como seguindo o padrão internacional de relato da Global Reporting Initiative (GRI), que visa comunicar o impacto das atividades no meio ambiente, nas pessoas e na economia, por meio de indicadores relacionados à materialidade da companhia, estabelecida em 2023, durante um processo que envolveu diferentes *stakeholders*.

Política de distribuição de dividendos

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da companhia têm assegurados - a título de dividendos - a distribuição de, pelo menos, 75% dos resultados obtidos no exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e respeitando os índices mínimos de liquidez e solvência.

Em abril de 2025, a seguradora realizou a distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício de 2024, no valor de R\$ 130 milhões, tendo disponibilizado 100% do lucro líquido daquele ano.

A CAIXA Residencial realizou ao longo de 2025 a distribuição de dividendos intercalares relativos a 100% do lucro líquido do primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2025, no valor de R\$ 551 milhões.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA Residencial agradece o apoio e a confiança dos segurados, acionistas, conselheiros e de seus colaboradores.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026

A Administração

Balanco Patrimonial - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	2.758.552	1.990.866	Passivo circulante	1.915.827	1.267.142
Disponível	58	2.610	Contas a pagar	431.127	447.995
Caixa e bancos	58	2.610	Obrigações a pagar (Nota 16.1)	41.583	188.691
Aplicações (Nota 7)	1.649.781	1.476.411	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 16.2)	24.903	14.886
Créditos das operações com seguros e resseguros	711.055	267.729	Encargos trabalhistas	5.334	4.262
Prêmios a receber (Nota 8.1)	709.831	264.309	Impostos e contribuições (Nota 16.3)	359.307	240.156
Operações com resseguradoras (Nota 8.4)	1.224	3.420	Débitos de operações com seguros e resseguros	508.611	98.021
Outros créditos operacionais (Nota 8.2)	170.094	49.613	Prêmios a restituir (Nota 3 i.1)	327.839	11.003
Ativos de resseguro (Nota 9)	5.033	15.870	Operações com resseguradoras	4.144	4.324
Títulos e créditos a receber	6.672	5.882	Corretores de seguros e resseguros (Nota 8.3)	176.585	82.694
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	6.026	5.581	Outros débitos operacionais	43	—
Outros créditos	646	301	Depósitos de terceiros	2.000	525
Despesas antecipadas	260	137	Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	934.857	720.421
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	215.599	172.614	Danos	934.857	720.421
Seguros	215.599	172.614	Outros débitos	39.232	180
Ativo não circulante	1.522.875	1.416.039	Débitos diversos	39.232	180
Realizável a longo prazo	341.421	168.066	Passivo não circulante	515.396	349.591
Créditos das operações com seguros e resseguros	161.590	59.147	Débitos das operações com seguros e resseguros	45.893	15.455
Prêmios a receber (Nota 8.1)	161.590	59.147	Corretores de seguros e resseguros (Nota 8.3)	45.893	15.455
Ativos de resseguro (Nota 9)	2.166	621	Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	468.702	333.673
Outros valores e bens (Nota 3 o))	33.699	63	Danos	468.702	333.673
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	143.966	108.235	Outros débitos (Nota 12)	801	463
Seguros	143.966	108.235	Provisões judiciais	801	463
Imobilizado (Nota 14)	11.030	3.031	Patrimônio líquido	1.850.204	1.790.172
Bens móveis	1.732	2.424	Capital social (Nota 18 b)	156.670	156.670
Outras imobilizações	9.298	607	Reservas de capital	1.503.330	1.503.330
Intangível (Nota 15)	1.170.424	1.244.942	Reservas de lucros	190.204	130.172
Outros intangíveis	1.170.424	1.244.942	Total do passivo e do patrimônio líquido	4.281.427	3.406.905
Total do ativo	4.281.427	3.406.905			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Discriminação					
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	156.670	1.503.330	95.564	—	1.755.564
Distrib. de Dividendos Adic. de 2023 AGO/E de 26/03/2024	—	—	(95.564)	—	(95.564)
Resultado do Exercício	—	—	—	520.690	520.690
Proposta p/ Distrib. do Resultado	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos (75%)	—	—	—	(390.518)	(390.518)
Dividendo adicional proposto	—	—	130.172	(130.172)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	156.670	1.503.330	130.172	—	1.790.172
Distrib. de Dividendos Adic. de 2024 AGO/E de 13/03/2025	—	—	(130.172)	—	(130.172)
Resultado do Exercício	—	—	—	760.816	760.816
Proposta P/ Distrib. do Resultado	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos (75%)	—	—	—	(570.612)	(570.612)
Dividendo adicional proposto	—	—	190.204	(190.204)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	156.670	1.503.330	190.204	—	1.850.204

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais

A Caixa Residencial (nome fantasia da XS3 Seguros S.A. e doravante denominada "Caixa Residencial", "Companhia" ou "Seguradora"), é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.802/0001-43, constituída em 19 de agosto de 2020, tendo sua sede localizada na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, nº 84, térreo ao 7º andar, Paraíso, São Paulo - SP, CEP: 04004-030. A Seguradora é controlada em conjunto pela Tokio Marine Seguradora S.A. ("Tokio Marine") e pela Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"). A Seguradora iniciou suas operações comerciais mediante acordo de associação firmado entre a Tokio Marine e a Caixa Seguridade, para exploração pelo prazo de 20 anos, dos ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado "Balcão CAIXA"). Neste acordo de associação a Seguradora passou a ser um *"Joint Venture"* na qual a CAIXA Seguridade detém 75% de participação no capital total da Caixa Residencial, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Caixa Residencial. A Caixa Residencial remunera a CAIXA Seguridade com as despesas totais de comercialização por produto em valores predefinidos (comissão de distribuição de 36,4% e 20% para residencial e habitacional, respectivamente), além de uma taxa de performance atrelada ao desempenho anual em volume e lucratividade. A Caixa Residencial tem gestão e governança compartilhada entre a CAIXA Seguridade e a Tokio Marine, sendo que cada acionista indica 3 (três) membros para o Conselho de Administração. A Diretoria Executiva da Caixa Residencial é composta por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) indicados pela Tokio Marine, 2 (dois) indicados pela Caixa Seguridade e 1 (um) com indicação conjunta, e com funcionamento de maneira colegiada e compartilhada.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). Estas práticas incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") referendados pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2026.

Nota 3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente com as do período anterior. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua e é também a sua moeda funcional. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e com baixo risco de mudança no valor, com liquidez originalmente inferior a 90 dias. **c) Ativos financeiros: c.1) Ativos financeiros - mensuração e classificação:** Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados de acordo uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios, na categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado". Esses ativos são classificados no circulante independentemente do seu prazo de vencimento. **c.2) Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais", e "Títulos e créditos a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e reconhecidos pelo prazo de vencimento das parcelas. **c.3) Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é determinado com base em cotações observadas em mercados ativos, a preços de mercado, cotados na data do balanço. Estes instrumentos compreendem fundos de investimento avaliados pelo valor da cota, informados pelos administradores dos fundos na data

do balanço. **d) Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros: d.1) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (recebíveis):** A Seguradora reconhece uma perda por redução ao valor recuperável de prêmios a receber de seguros com base em estudo técnico para redução ao valor recuperável. **d.2) Ativos não financeiros:** Para os ativos não financeiros que apresentam vida útil definida, a Administração avalia anualmente a existência ou não de indicativos de *impairment* e, em caso positivo, é realizado o teste. Não foram identificados indícios de perdas no valor contábil dos ativos não financeiros. **e) Avaliação de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores por sinistros e pela parcela proporcional das provisões técnicas (PPNG, PVR, PSL, IBNR e PDR) de contratos de seguro objeto de operações de resseguro. São avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro líquidos de comissões. **f) Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição sobre prêmios emitidos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. **g) Ativos Intangíveis:** A Seguradora é parte em contrato para exploração do Balcão da Caixa Econômica Federal pelo período de 20 anos, conforme descrito na Nota 1, período pelo qual o saldo é mensalmente amortizado, pelo método linear, em contrapartida ao resultado. Além disso, a Seguradora registra, no intangível, as licenças de software, pelo custo do contrato, e a amortização, de acordo com as vigências das prestações de serviços e vida útil estimada das licenças de propriedade da seguradora. **h) Contratos de seguro e de resseguro, e contrato de investimento - classificação:** De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguro, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou as suas operações como "Contratos de Seguro". Os contratos de resseguro são classificados como "Contratos de Seguro", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguro. Os contratos de investimento são aqueles que não transferem riscos significativos de seguro. A Seguradora possui este tipo de contrato na data do balanço e o seu registro contábil é efetuado conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. **i) Avaliação dos passivos originados de contratos de seguro: i.1) Passivos de contratos de seguro: Seguros de Ramos Elementares sob o regime financeiro de repartição simples:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais formalizadas em Notas Técnicas Atuariais. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando provisionar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos - PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar, quando do registro dos sinistros no sistema da Seguradora. Adicionalmente, pode ser constituído o ajuste de IBNER (Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados), que tem como objetivo estimar os ajustes de valores que os sinistros já avisados sofrerão ao longo do processo de regulação. A apuração desse ajuste considera o desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o cadastro/aviso do sinistro. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo, tanto as despesas que podem ser individualmente relacionadas aos sinistros, quanto aquelas que só podem ser atribuídas aos sinistros de maneira agrupada. A Provisão para Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR é constituída para registro dos prêmios a restituir a segurados (devolução de prêmios), com base no valor do prêmio correspondente à vigência a decorrer da apólice na data do seu cancelamento. **i.2) Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** Nas datas-base de junho e dezembro, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos - TAP, com o objetivo de verificar a sua adequação às obrigações decorrentes

dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste, de acordo com o CPC 11 e com os critérios mínimos determinados pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas e não tendenciosas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros, brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas, operacionais, de liquidação de sinistros, tributos e deduzindo-se os custos de aquisição. Retornos de investimentos, custos de resseguro e o adicional de fracionamento não são considerados. Quando pertinentes, são consideradas as receitas decorrentes de salvados e ressarcimentos de terceiros como um fator redutor na execução do Teste de Adequação de Passivos. Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são agrupados por similaridade, de acordo com padrão de gerenciamento de risco estabelecido pela Seguradora: 1061 - Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista, 1065 - Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas e 0114 - Compreensivo Residencial. Para ramos com característica de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato para apurar a sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo. Os fluxos de caixa de obrigações futuras são estimados com base na sinistralidade. Para determiná-la, a Seguradora verifica a média de sinistralidade observada por agrupamento em determinado período, excluindo-se os extremos da série. Para maior segurança estatística, é adicionada a esta média o desvio padrão da sinistralidade observada. Para o grupamento 1061 - Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista, os fluxos de caixa de obrigações futuras são estimados com base nas Tábuas de Mortalidade BR-EMS, conforme regulamentação em vigor. Para os demais agrupamentos, os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros), publicadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo). Caso seja identificada qualquer insuficiência de provisão no teste em referência, a Seguradora reconhece imediatamente a perda, com Provisão Complementar de Cobertura - PCC ou na respectiva provisão técnica deficitária a depender da origem da insuficiência, conforme critérios estabelecidos na regulamentação vigente. Expectativas de recuperações de resseguro são consideradas, porém dado o histórico e natureza das operações da Seguradora, não são relevantes. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. No contexto destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, não foram observadas insuficiências de provisão nos grupos analisados.

continua →

XS3 SEGUROS S.A.

CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

★ continuação

Os resultados superavitários do TAP estão apresentados abaixo:

	Grupo 0114	Grupo 1061	Grupo 1065	Superávit Total
Eventos a ocorrer - Prêmio não registrado	313.937	1.197.453	1.611.992	3.123.382
Eventos a ocorrer - Prêmio registrado	451.501	—	—	451.501
Eventos Ocorridos	163	371	170	704
Total	765.601	1.197.824	1.612.162	3.575.587

j) Benefícios a empregados: A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência comercialmente aberto para os seus funcionários, administrado pela Caixa Vida e Previdência, nas modalidades PGBL e VGBL. As contribuições são realizadas de maneira facultativa pelo participante, com contrapartida da patrocinadora de 100% da contribuição do empregado. A Seguradora possui um programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. Uma provisão estimada foi constituída para fazer face aos pagamentos desse programa. Os demais passivos trabalhistas, tais como férias, 13º salário e outras, são calculados segundo normas e leis trabalhistas em vigor, e registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos empregados. Demais benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são: seguro saúde e odontológico, seguro de vida, auxílio alimentação, auxílio refeição, auxílio medicamento, auxílio creche e vale-transporte, os quais são registrados à medida em que são incorridos. A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R\$ 9.401. **k) Dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 75% calculado sobre o lucro líquido ajustado do período. A Seguradora pode a qualquer tempo levantar demonstrações financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários. Os dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo, sendo que o montante de dividendos acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido até que o destino desse excedente seja aprovado em Assembleia Geral de Acionistas. **l) Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações financeiras nos períodos a que se referem. **m) Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros (adicional de fracionamento) cobrados sobre os parcelamentos dos prêmios de seguro são apropriados ao resultado no prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **n) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240 mil ao ano, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente. As contribuições para o PIS e para a COFINS são calculadas sobre as receitas de prêmios, deduzidas dos sinistros pagos e sobre as receitas financeiras dos ativos financeiros vinculados à cobertura das provisões técnicas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente. **o) Arrendamentos:** Os ativos de direito de uso referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos contratos. No primeiro semestre de 2025 a companhia celebrou um contrato para aluguel de sua nova sede, pelo prazo de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo reconhecido no ativo da companhia era de R\$ 37.568 rubrica "direito de uso" e (R\$ 3.869) na rubrica de "depreciação - direito de uso", ambas no grupo de contas "outros valores e bens" no ativo. Em contrapartida foi reconhecido o "passivo de arrendamento" no grupo de contas "outros débitos" no passivo.

Nota 4 - Pronunciamento emitido e ainda não vigente

O seguinte pronunciamento foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e está com o seguinte status: • CPC 50 - Substitui o CPC 11 sobre contratos de seguro. A norma será aplicável à Seguradora quando for referendada pela SUSEP.

Nota 5 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas, julgamentos e premissas adotadas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os principais componentes em que a Administração exerce o julgamento e utiliza estimativas são: • Contratos de seguro e resseguro (Nota 3 h); • Ativos financeiros (Nota 7); • Tributos (Nota 11); • Provisões Judiciais (Nota 12); • Provisões técnicas (Nota 17 e Nota 9); e • Prêmios a receber - Redução ao valor recuperável - *Impairment* (Nota 8.1).

Nota 6 - Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos na Caixa Residencial segue as diretrizes estabelecidas em sua Política de Riscos e Controles Internos (aprovada pelo Conselho de Administração). Com base em um *framework* alinhado às práticas locais, internacionais e às regulamentações vigentes, a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* realiza o acompanhamento de seu perfil, apetites, exposições e tolerâncias a riscos objetivando uma abordagem abrangente e eficaz na identificação, avaliação, mensuração, monitoramento e tratamento para mitigação dos riscos. A responsabilidade sobre o gerenciamento de riscos é dividida entre as três linhas na Companhia: 1ª Linha: Unidades de Negócio e Operacionais - responsáveis pela tomada de decisões quanto à gestão de riscos no dia a dia dos processos. 2ª Linha: Unidade de Riscos e Controles Internos e Unidade de *Compliance* - responsáveis por fornecer orientação e suporte às unidades de negócio, monitorar a eficácia dos controles de riscos e assegurar a conformidade com as regulamentações aplicáveis. 3ª Linha: Auditoria Interna - responsável por realizar avaliações sobre a eficácia do sistema de riscos e dos controles internos. Essa abordagem em três linhas, alinhadas entre si, contribui coletivamente para a criação e proteção de valor e com os interesses priorizados da Administração. Além disso, visando o cumprimento de requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança, a Companhia possui comitês que também são responsáveis pelo gerenciamento de riscos, tais como: Comitê de Riscos e *Compliance*, Comitê de Nomeação e Remuneração, Comitê Consultivo Financeiro, Comitê de Transações com Partes Relacionadas e Comitê de Auditoria. A estratégia de gestão de riscos da Caixa Residencial compreende as seguintes categorias, bem como suas respectivas exposições: **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as suas expectativas, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas. Para mitigar esse risco, adotamos políticas de subscrição baseadas em critérios técnicos e com definição de diretrizes e regras de alçadas de aprovação, conforme discriminação de papéis e responsabilidades, considerando os níveis de autoridade individuais e de acordo com os departamentos responsáveis. O risco de subscrição pode ser subdividido em 3 riscos, sendo eles: • Risco de Prêmios - possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente ao pagamento dos sinistros a incorrer; • Risco de Provisão - possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente a pagamentos dos sinistros já ocorridos; e • Risco de Retenção - exposição a riscos individuais com Valor em Risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. **Concentração de risco por região:** A Caixa Residencial opera em todo o território nacional, conforme quadro a seguir:

a) Concentração de risco por região:

Ramos agrupados	Prêmios Emitidos - 01/01/2025 a 31/12/2025						
	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total	
	455.664	248.186	116.223	58.847	213.636	1.092.556	
Habitacional	821.842	396.004	186.571	65.387	310.677	1.780.481	
	1.277.506	644.190	302.794	124.234	524.313	2.873.037	
Ramos agrupados	Prêmios Emitidos - 01/01/2024 a 31/12/2024						
	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total	
	367.384	199.715	89.531	43.853	156.430	856.913	
Habitacional	581.958	295.284	132.071	48.159	225.162	1.282.634	
	949.342	494.999	221.602	92.012	381.592	2.139.547	

A análise de sensibilidade é segmentada em Residencial e Habitacional, e permite avaliar os impactos em resultado e patrimônio líquido de alterações em variáveis relevantes de risco. A Companhia estima uma variação de 5% dos totais pagos em sinistros no período (incluindo despesas com sinistros). **Segmento Residencial:** No seguro Residencial, o gerenciamento do risco de subscrição busca tarifar as apólices por tipo de risco, considerando o custo médio e a frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

	31/12/2025
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
Premissas atuariais	
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	Bruto de Resseguro (1.806) Líquido de Resseguro (1.795)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	1.806 1.795
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(148) (145)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	148 145
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
Premissas atuariais	
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	Bruto de Resseguro (1.964) Líquido de Resseguro (1.872)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	1.964 1.872
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(144) (133)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	144 133

Segmento Habitacional: No seguro Habitacional, o gerenciamento do risco de subscrição busca tarifar as apólices, por tipo de risco, considerando o custo médio e a frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

	31/12/2025
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
Premissas atuariais	
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	Bruto de Resseguro (15.373) Líquido de Resseguro (15.225)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	15.373 15.225
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(365) (353)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	365 353
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
Premissas atuariais	
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	Bruto de Resseguro (14.880) Líquido de Resseguro (11.895)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	14.880 11.895
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(248) (188)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	248 188

Risco de Mercado: O risco de mercado decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que podem causar mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Seguradora. A carteira de investimentos da Seguradora em 31 de dezembro de 2025 (data-base do cálculo do capital de risco de mercado) estava alocada majoritariamente em títulos públicos federais apresentando baixa exposição ao risco de mercado e fundos de investimento de renda fixa cujas carteiras estão alocadas também majoritariamente em títulos públicos federais. A Companhia monitora o equilíbrio entre o fluxo de caixa do passivo e o

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

fluxo de vencimento dos títulos e valores mobiliários para gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado. Além disso, a Companhia utiliza o cálculo do VaR para o gerenciamento do risco de mercado de suas exposições financeiras, com um intervalo de confiança de 95%, o qual é monitorado continuamente. **Risco de Crédito:** Entende-se como risco de crédito a possibilidade de que a Seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, por insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros ou outras contrapartes. **I. Resseguradores:** As operações de resseguro são realizadas com resseguradores, cuja classificação de risco, emitida por "agência classificadora de risco", seja avaliada como alta qualidade de crédito. As operações de repasse de risco a resseguradores em 31 de dezembro de 2025 estão suportadas por contratos vigentes com as seguintes companhias e seus respectivos *ratings* divulgados pela agência AMBEST: Navigators Insurance Company (A+), MS Amlin AG (A+), Austral Resseguradora (A-), Catlin Re Switzerland (A+), IRB Brasil Re (A-), Odyssey Reinsurance Company (A+), Reaseguradora Patria (A), Swiss Re Brasil (AA-) e Swiss Reinsurance Company (A+). **II. Prêmios a receber:** O risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos é considerado baixo pela Companhia, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Para uma visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 3 (d) - *Impairment* e Nota 8.1 - Prêmios a receber. **III. Aplicações:** A Caixa Residencial monitora diariamente as suas posições e alternativas de mercado e estabelece limites de exposição ao risco para as suas aplicações. A Companhia possui majoritariamente exposição ao risco de crédito soberano decorrente de alocações em títulos públicos federais, seja na sua própria carteira ou por meio de fundos de investimento. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de a Seguradora não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente os seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da realização de estudos de ALM - *Asset & Liability Management* (equilíbrio entre ativos e passivos) e busca ajustar o seu fluxo de caixa a partir de estratégias de gerenciamento que garantam o seu cumprimento. O gerenciamento de risco leva em consideração os limites de concentração por emissor e risco de crédito e a sensibilidade e limites de risco de mercado. Os investimentos são alocados em títulos públicos federais e fundos de investimento cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata. Além disso, a Caixa Residencial efetua um constante monitoramento das condições de solvência e liquidez de suas operações de seguros. **Risco Operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e os riscos de reputação da Companhia. A Caixa Residencial classifica internamente os seus eventos de risco operacional em: • Fraude interna; • Fraude externa; • Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; • Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; • Danos a ativos físicos próprios ou em uso; • Interrupção das atividades; • Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e • Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades. A gestão do risco operacional ocorre de maneira descentralizada, por meio de comitês que se reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades definidos de modo a segregar as atividades de negócio, gestão e controle. Além disso cada departamento da Companhia é responsável pela conformidade regulamentar e pelo estabelecimento e manutenção de seus controles internos de modo a gerenciar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos seus processos. As áreas de Riscos e Controles Internos e de *Compliance*, orientam todas as áreas no desenvolvimento de melhores práticas, dentre elas: • Definição de responsabilidades, níveis hierárquicos e segregação de funções; • Indicadores e meios de monitoramento para avaliar ameaças aos objetivos da Companhia; • Comunicação de informações relevantes no desempenho de atividades; • Revisão periódica a fim de que eventuais deficiências sejam prontas e integralmente gerenciadas; • Cumprimento de normas legais e regulamentares aplicáveis; • Atualização periódica e aprimoramento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); • Treinamento e capacitação para gerenciamento de riscos e controles internos específicos; e • Padrões éticos.

Nota 7 - Instrumentos financeiros ao valor justo

a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Para a parte da carteira composta por Fundos de Investimento não há vencimento e os saldos apresentados já estão a valor de mercado (valor justo).

Título	Saldo - 31/12/2024		Resgate	Rendimento	IOF	Saldo - Rentabilidade 31/12/2025	
	Aplicação						
Fundos de Investimento LFT (vinculados à cobertura)	338.274	3.428.703	(3.688.008)	31.849	(1.130)	109.688	102,77% do CDI
LFT	948.050	102.036	—	143.909	—	1.193.995	Selic
LFT	166.156	582.195	(438.221)	35.968	—	346.098	Selic
NTN-B	23.931	4.948	(30.122)	1.243	—	—	IPCA + 6% a.a.
Totais acumulados	1.476.411	4.117.882	(4.156.351)	212.969	(1.130)	1.649.781	
Vinculadas à cobertura de provisões técnicas (Nota 17.2)	948.050					1.193.995	
Não vinculadas à cobertura de provisões técnicas	528.361					455.786	

As LFTs têm seus vencimentos entre 2027 e 2030:

Título	Vencimento	de Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Mercado/ Contábil
LFT	mar/27	211.745	2.045	213.790
LFT	set/27	224.188	1.504	225.692
LFT	set/29	158.964	819	159.783
LFT	mar/30	216.312	656	216.968
LFT	jun/30	330.896	882	331.778
LFT	set/30	131.339	331	131.670
LFT	dez/30	224.368	536	224.904
LFT	set/30	35.428	80	35.508
Total		1.533.240	6.853	1.540.093

b) Hierarquia do valor justo: Atualmente os Instrumentos Financeiros da Seguradora, representados por cotas de fundos de investimento e títulos públicos (Nota 7 (a)) estão classificados no Nível 1 na hierarquia de valor justo, ou seja, preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nota 8 - Operações com seguros

8.1 Prêmios a Receber:

		31/12/2025	
	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	
Prêmios a receber			
Residencial	408.521	(2.516)	406.005
Habitacional	465.551	(135)	465.416
	874.072	(2.651)	871.421

Circulante
Não Circulante
Em dezembro de 2025 ocorreu um reprocessamento de contratos cujo efeito aumentou em R\$ 295.332 o saldo de prêmios a receber e aumentou em R\$ 308.134 o saldo de prêmios a restituir no passivo. Estes saldos foram liquidados no início de janeiro de 2026.

		31/12/2024	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Residencial	184.884	(920)	183.964
Habitacional	139.530	(38)	139.492
	324.414	(958)	323.456

Circulante
Não Circulante

	31/12/2025	31/12/2024
8.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento:		
A vencer	867.335	321.051
Vencidos até 30 dias	2.361	1.679
Vencidos de 31 a 60 dias	1.078	492
Vencidos de 61 a 90 dias	770	302
Vencidos de 91 a 120 dias	459	146
Vencidos há mais de 120 dias	2.069	744
	874.072	324.414
	(2.651)	(958)
	871.421	323.456

	31/12/2025	31/12/2024
8.1.2 Movimentação dos prêmios a receber:		
Saldo inicial	323.456	212.679
(+) Prêmios emitidos	3.499.650	2.492.827
(-) Prêmios cancelados/restituídos	(628.662)	(354.685)
(-) Recebimentos	(2.448.170)	(2.121.463)
(+) IOF	124.791	93.189
(+/-) Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	2.049	1.405
(+/-) Redução ao valor recuperável	(1.693)	(496)
Saldo final	871.421	323.456

8.1.3 Prazo médio de parcelamento em meses:

	31/12/2025	31/12/2024
Residencial	27	25
Habitacional	1	1

O Seguro Habitacional tem por característica a emissão mensal, ou seja, não há parcelamento.

	31/12/2025	31/12/2024
8.2 Outros créditos operacionais:		
Corretores - Comissão antecipada	100.990	42.616
Corretores - Comissão a recuperar	60.713	2.333
Outros Créditos	8.391	4.664
	170.094	49.613

	31/12/2025	31/12/2024
8.3 Corretores de seguros e resseguros (passivo):		
Comissões sobre prêmios - direto	218.891	95.187
Comissões sobre prêmios - estimado	849	814
Comissões sobre prêmios - RVNE	2.738	2.148
	222.478	98.149
Circulante	176.585	82.694
Não Circulante	45.893	15.455

	31/12/2025	31/12/2024
8.4 Operações com resseguradoras (ativo):		
Local	406	792
Eventual	577	2.242
Admitida	245	400
Redução ao valor recuperável	(4)	(14)
	1.224	3.420

Os saldos referem-se integralmente à recuperação de sinistros pagos, relativos à catástrofe das enchentes do Rio Grande do Sul, ocorrida entre maio e junho de 2024.

Nota 9 - Ativos de Resseguro - Provisões técnicas

Os ativos de resseguro - provisões técnicas, são compostos pela PPNG de resseguro (diferimento do prêmio de resseguro contratado), pela PSL e pelo IBNR (que para o ramo Habitacional foram constituídas para recuperação de sinistros relativos à catástrofe das enchentes do Rio Grande do Sul, ocorrida entre maio e junho de 2024).

	PPNG	PSL	IBNR	Outros
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Residencial	4.152	2.069	506	230
Habitacional	1.509	994	1.030	1.458
Redução ao valor recuperável	—	—	(47)	—
	5.661	3.063	1.536	1.641
Circulante	5.001	2.764	30	1.319
Não Circulante	660	299	1.506	322

Nota 10 - Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos - (diferenças temporárias)	5.685	5.542
Impostos retidos	341	39
	6.026	5.581

Circulante

Nota 11 - Tributos

	Imposto de Renda	Contribuição Social
8 a) Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado:		
Descrição		
Resultado antes dos Impostos e Participações	1.279.107	1.279.107
Participações nos lucros	15.914	15.914
Resultado antes dos impostos	1.295.021	1.295.021
Adições Permanentes	2.228	(2.290)
Adições Temporárias	15.592	19.819
Exclusões Temporárias	(15.349)	(19.341)
Base de Cálculo	1.297.492	1.293.209
Parcela isenta do adicional de 10% (acima de R\$ 240 mil)	(240)	—
Base de Cálculo para o Adicional	1.297.252	1.293.209
Tributo a 15% s/ base de cálculo	194.624	193.982
Adicional 10% s/ base do adicional	129.725	—
(-) Incentivo fiscal (Rouanet)	(15.810)	—
Tributo apurado	308.539	193.982
(-) IR e CS - Diferidos	(68)	(76)
Saldo contábil de IR e CS	308.471	193.906
Alíquota efetiva	24%	15%

b) Incidência sobre o faturamento - Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): O PIS - Programa de Integração Social e a COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são calculados sobre as receitas de prêmios (deduzidas dos sinistros pagos) e receitas financeiras vinculadas.

Nota 12 - Provisões judiciais

A composição das provisões judiciais e suas respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:



XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

★ continuação

Nota 16 - Contas a pagar			
16.1 Obrigações a pagar:	31/12/2025	31/12/2024	
Fornecedores	10.721	13.373	
Gratificações / Participação nos lucros a pagar	11.145	10.971	
Benefícios a empregados	327	291	
Dividendos a pagar	19.376	164.014	
Outros	14	42	
	41.583	188.691	
Circulante	41.583	188.691	
16.2 Impostos e encargos sociais a recolher:	31/12/2025	31/12/2024	
Imposto de renda retido na fonte	1.080	1.154	
Imposto sobre serviço	21	292	
IOF sobre prêmios de seguros	22.638	11.385	
Contribuições previdenciárias	1.082	1.611	
Outros	82	444	
	24.903	14.886	
Circulante	24.903	14.886	
16.3 Impostos e Contribuições:	31/12/2025	31/12/2024	
Imposto de renda	202.818	133.939	
Contribuição social	146.181	98.067	
Pis/Cofins	10.308	8.150	
	359.307	240.156	
Circulante	359.307	240.156	

Nota 17 - Provisões técnicas e suas coberturas					
17.1 Provisões técnicas:					
	PPNG	PSL	IBNR	Outras (*)	Total
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Residencial	1.050.927	10.088	1.642	696	1.063.353
Habitacional	—	246.106	91.042	3.058	340.206
	1.050.927	256.194	92.684	3.754	1.403.559
Circulante					934.857
Não circulante					468.702
	PPNG	PSL	IBNR	Outras (*)	Total
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Residencial	813.934	6.620	1.985	132	822.671
Habitacional	1	142.231	88.553	638	231.423
	813.935	148.851	90.538	770	1.054.094
Circulante					720.421
Não circulante					333.673

(*) Outras Provisões - Contemplam a PVR - Provisão para Valores a Regularizar (a partir de 2025) e a PDR - Provisão para Despesas Relacionadas a Sinistros e o IBNR da PDR.

17.2 Movimentação das provisões técnicas:					
	PPNG	PSL	IBNR	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	813.935	148.851	90.538	770	1.054.094
Constituição de provisões	1.092.556	—	24.904	103.815	1.221.075
Reversões de provisões	(855.564)	—	(22.558)	(91.496)	(969.618)
Aviso de sinistros	—	351.142	—	755	351.897
Pagamento de sinistros	—	(243.799)	—	(10.090)	(253.889)
Saldo em 31/12/2025	1.050.927	256.194	92.684	3.754	1.403.559
	PPNG	PSL	IBNR	Outras	Total
Saldo em 31/12/2023	677.701	60.835	54.199	931	793.666
Constituição de provisões	197.303	—	175.981	13.673	386.957
Reversões de provisões	(61.069)	—	(139.642)	(6.577)	(207.288)
Aviso de sinistros	—	560.226	—	541	560.767
Pagamento de sinistros	—	(472.210)	—	(7.798)	(480.008)
Saldo em 31/12/2024	813.935	148.851	90.538	770	1.054.094
17.3 Cobertura das provisões técnicas:					
Provisões técnicas - seguros (Nota 17.1)					
(-) Direitos creditórios				31/12/2025	31/12/2024
(-) DCD redutora				1.403.559	1.054.094
(-) PSL Resseguro				(172.811)	(84.623)
(-) IBNR Resseguro				(170.327)	(138.742)
				(1.536)	(1.641)
				—	(11.787)
Ativos redutores				(344.674)	(236.793)
Total a ser coberto				1.058.885	817.301
Ativos vinculados (nota 7)				1.193.995	948.050
Excesso de cobertura				135.110	130.749

17.4 Desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada Bruta e Líquida de Resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. **a) Desenvolvimento de sinistros judiciais - Brutos de resseguro:**

31/12/2025					
Ano de ocorrência	2021	2022	2023	2024	2025
Estimativa dos custos de sinistros					
No ano da ocorrência	4	20	1.689	2.405	5.466
1 ano após	5	4.077	9.594	17.835	—
2 anos após	2.472	8.077	17.519	—	—
3 anos após	3.463	9.840	—	—	—
4 anos após	4.008	—	—	—	—
Posição incorrida	4.008	9.840	17.519	17.835	5.466
Pagamentos acumulados					
No ano da ocorrência	—	(20)	—	(3)	(18)
1 ano após	(5)	(73)	(584)	(282)	—
2 anos após	(39)	(368)	(1.576)	—	—
3 anos após	(429)	(800)	—	—	—
4 anos após	(1.208)	—	—	—	—
Total de pagos	(1.208)	(800)	(1.576)	(282)	(18)
Diferença entre a estimativa inicial e final (R\$ mil)	(4.004)	(9.820)	(15.830)	(15.430)	—
Passivo reconhecido no balanço	2.800	9.040	15.943	17.553	5.448

31/12/2025					
Ano de ocorrência	2021	2022	2023	2024	2025
Estimativa dos custos de sinistros					
No ano da ocorrência	20.388	40.783	131.652	310.106	332.817
1 ano após	20.942	74.208	145.415	(275.942)	—
2 anos após	23.008	74.932	146.528	—	—
3 anos após	23.276	75.846	—	—	—
4 anos após	23.097	—	—	—	—
Posição incorrida	23.097	75.846	146.528	295.455	332.817
Pagamentos acumulados					
No ano da ocorrência	(10.706)	(40.783)	(82.968)	(134.760)	(151.455)
1 ano após	(20.942)	(70.567)	(136.272)	(212.747)	—
2 anos após	(22.626)	(73.111)	(142.863)	—	—
3 anos após	(23.009)	(74.976)	—	—	—
4 anos após	(23.097)	—	—	—	—
Total de pagos	(23.097)	(74.976)	(142.863)	(275.942)	(151.455)
Diferença entre a estimativa inicial e final (R\$ mil)	(2.709)	(35.063)	(14.876)	14.651	—
Passivo reconhecido no balanço	—	870	3.665	19.513	205.410

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

c) Desenvolvimento de sinistros judiciais - Líquidos de resseguro:					
31/12/2025					
Ano de ocorrência	2021	2022	2023	2024	2025
Estimativa dos custos de sinistros					
No ano da ocorrência	4	20	1.689	2.083	5.465
1 ano após	5	4.077	9.594	16.226	—
2 anos após	2.472	8.077	17.519	—	—
3 anos após	3.464	9.840	—	—	—
4 anos após	4.008	—	—	—	—
Posição incorrida	4.008	9.840	17.519	16.226	5.465
Pagamentos acumulados					
No ano da ocorrência	—	(20)	—	(3)	(18)
1 ano após	(5)	(73)	(584)	(180)	—
2 anos após	(38)	(368)	(1.573)	—	—
3 anos após	(429)	(800)	—	—	—
4 anos após	(1.208)	—	—	—	—
Total de pagos	(1.208)	(800)	(1.573)	(180)	(18)
Diferença entre a estimativa inicial e final (R\$ mil)	(4.004)	(9.820)	(15.830)	(14.143)	—
Valor reconhecido no balanço	2.800	9.040	15.946	16.046	5.447

d) Desenvolvimento de sinistros administrativos - Líquidos de resseguro:					
31/12/2025					
Ano de ocorrência	2021	2022	2023	2024	2025
Estimativa dos custos de sinistros					
No ano da ocorrência	20.388	40.783	131.652	248.855	332.699
1 ano após	20.942	74.208	145.415	232.230	—
2 anos após	23.008	74.932	146.528	—	—
3 anos após	23.276	75.846	—	—	—
4 anos após	23.097	—	—	—	—
Posição incorrida	23.097	75.846	146.528	232.230	332.699
Pagamentos acumulados					
No ano da ocorrência	(10.706)	(40.783)	(82.968)	(134.761)	(151.338)
1 ano após	(20.942)	(70.567)	(136.272)	(212.747)	—
2 anos após	(22.626)	(73.111)	(142.863)	—	—
3 anos após	(23.009)	(74.976)	—	—	—
4 anos após	(23.097)	—	—	—	—
Total de pagos	(23.097)	(74.976)	(142.863)	(212.747)	(151.338)
Diferença entre a estimativa inicial e final (R\$ mil)	(2.709)	(35.063)	(14.876)	16.625	—
Valor reconhecido no balanço	—	870	3.665	19.483	205.379

Nota 18 - Patrimônio líquido					
a) Adequação de capital: A seguir apresentamos: a) Patrimônio líquido ajustado (PLA); b) Capital base; c) Capital de risco, suas parcelas e o benefício da diversificação; d) Capital mínimo requerido (CMR); e e) Suficiência de capital:					

a) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	1.850.204	1.790.172
(-) Despesas antecipadas	(260)	(137)
(-) Ativos intangíveis	(1.170.424)	(1.244.942)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias	(5.685)	(5.542)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	673.835	539.551
(+) Superávit de fluxos de prêmios não registrado no TAP (i)	40.345	43.631
(+) Superávit entre provisão e fluxo realista de prêmios registrado	267.504	208.436
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	307.849	252.067
(+) Créditos tributários de diferenças temporárias (limitado a 15% do CMR)	5.685	5.542
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	5.685	5.542
(-) Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 e de Nível 3	(96.633)	(92.248)
(-) PLA total - soma dos Níveis 1 a 3 (-) Ajuste de excesso	890.736	704.912
b) Capital base	31/12/2025	31/12/2024
Capital Base	15.000	15.000
c) Capital de risco	31/12/2025	31/12/2024
Capital de risco de crédito	21.437	10.806
Capital de risco de subscrição	366.389	269.244
Capital de risco de mercado	110.968	107.728
Capital de risco operacional	13.818	11.022
Benefício da Diversificação	(78.810)	(68.078)
Capital de Risco	433.802	330.722
d) Capital Mínimo Requerido (CMR)	31/12/2025	31/12/2024
CMR = Maior entre Capital Base (b) e Capital de risco (c)	433.802	330.722
e) Suficiência de Capital	31/12/2025	31/12/2024
Suficiência de Capital = PLA (-) CMR	456.934	374.190

(i) Refere-se a variações dos valores econômicos e sua apuração é realizada por meio de cálculos que consideram por base o TAP - Teste de Adequação de Passivos. **b) Capital social:** O Capital social, no montante de R\$ 156.670, está dividido em 13.534 ações segregadas em 6.767 ordinárias (sendo 49,99% da Caixa Seguridade e 50,01% da Tokio Marine Seguradora) e 6.767 preferenciais (sendo 100% da Caixa Seguridade), representadas na forma escritural e sem valor nominal.

c) Reserva estatutária de lucros: Esta reserva é constituída pelo valor do lucro anual apurado em cada exercício social e não distribuído aos acionistas, com o objetivo de preservar a manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para as destinações conforme o estatuto. Em AGE de 27 de dezembro de 2024 foi deliberado e aprovado o pagamento de R\$ 145.233 em dividendos intermediários, referentes ao resultado apurado no terceiro trimestre de 2024. Este pagamento foi realizado no mês de janeiro de 2025. Em AGE de 25 de março de 2025 foi deliberado e aprovado o pagamento de R\$ 130.172 em dividendos adicionais propostos, referentes ao resultado apurado de 2024. Este pagamento foi realizado no mês de abril de 2025. Em AGE de 04 de julho de 2025 foi deliberado e aprovado o pagamento de R\$ 172.214 em dividendos intermediários, referentes ao resultado apurado no primeiro trimestre de 2025. Este pagamento foi realizado no mês de julho de 2025. Em AGE de 30 de setembro de 2025 foi deliberado e aprovado o pagamento de R\$ 179.039 em dividendos intermediários, referentes ao resultado apurado no segundo trimestre de 2025. Este pagamento foi realizado no mês de outubro de 2025. Em AGE de 28 de novembro de 2025 foi deliberado e aprovado o pagamento de R\$ 199.983 em dividendos intermediários, referentes ao resultado apurado no terceiro trimestre de 2025. Este pagamento foi realizado no mês de dezembro de 2025.

Nota 19 - Partes relacionadas			
Parte Relacionada	Descrição das despesas	Resultado 31/12/2025	Resultado 31/12/2024
Tokio Marine Serviços	Despesa T.I.	27.734	26.568
Caixa Seguridade Corretagem	Comissões sobre prêmios	656.063	26.568
	Serviço de assistência 24 horas	78.738	78.624
XS6 Assistência	Título de capitalização	2.870	2.355
XS4 Capitalização	Previdência complementar	1.835	1.569
Caixa Vida e Previdência	Seguro de vida	193	164
Tokio Marine Seguradora		767.433	614.261

→★ continuação

Relatório do Comitê de Auditoria

Imos. Srs. Membros do Conselho de Administração da XS3 Seguros S.A. - São Paulo - SP. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da XS3 Seguros S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário, constituído em 04/01/2021, observando os termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2021, o Comitê é composto por 4 membros independentes e funciona em conformidade com o estatuto social da Companhia e seu regimento interno. Em razão da saída de um de seus membros, no último trimestre de 2025, o Comitê encontra-se, até a presente data, composto por 3 membros. Compete ao Comitê apoiar o Conselho de Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos (independentes) e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia. O Comitê, ao longo do ano de 2025, realizou 12 reuniões ordinárias e 02 reuniões extraordinárias, desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, e apreciou 98 matérias que incluíram: (i) reuniões com a Alta Administração e seus principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) acompanhamento e avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores externos; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos; (vi) monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia; (vii) acompanhamento dos trabalhos, dos controles e da efetividade da Ouvidoria e do Canal de Denúncias; (viii) acompanhamento do processo de

Adaptação da Companhia à Reforma Tributária; e (ix) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - é da Administração da Companhia. Ainda, é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. O Comitê conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos e questionamentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebíveis da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da ouvidoria, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas análises decorrentes de observação direta. O Comitê emitiu e enviou ao Conselho de Administração, relatórios trimestrais detalhando suas atividades e recomendações, bem como realizou reuniões regulares com o Diretor Presidente e com outros Diretores da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação. O Comitê reuniu-se em duas oportunidades com o Conselho Fiscal, por ocasião da emissão das demonstrações financeiras relativas a 30 de junho e a 31 de dezembro de 2025.

O Comitê mantém com auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avaliou, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, revisou-as, previamente, à publicação e debateu com a Administração e com os auditores independentes sobre a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pelo órgão regulador com relação às informações divulgadas. Adicionalmente, o Comitê reuniu-se com os auditores atuais independentes e tomou conhecimento do seu relatório, emitido com base em 31 de dezembro de 2025. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, atos ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a integridade de suas demonstrações financeiras. Por fim, consideradas suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da X3 Seguros S.A., auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026.

Patrick Correa de Oliveira Leite
Presidente

José Manuel Matos Nicolau
Membro

Sergio Moreno
Membro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

os Acionistas, Conselheiros e Administradores da **XS3 Seguros S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **XS3 Seguros S.A. ('Seguradora')**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões técnicas de seguros:** Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.1 (i) e 17, em 31 de dezembro de 2025 a Seguradora registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros, com destaques para: a) Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no montante de R\$ 92.684 mil, Provisão para Despesas Relacionadas a Sinistros (PDR), no montante de R\$ 3.754 mil e para o teste de adequação dos passivos (TAP), que nessa data-base não foi constatada insuficiência de provisão a ser constituída. Para mensuração do TAP, bem como do IBNR e da PDR, a Administração da Seguradora utilizou técnicas e métodos atuais que envolvem um certo grau de julgamento na determinação de metodologias e premissas estatísticas e/ou outras que incluem, entre outras, o desenvolvimento de sinistros, estimativas correntes para fluxos de caixa futuros, além de critérios de agrupamento por similaridade de produtos e taxas de desconto. Nesse sentido, tendo em vista a complexidade relacionada a essas estimativas, consideramos a avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros como um principal assunto de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise da integridade e consistência das bases de dados relativos aos prêmios emitidos e sinistros avisados; (ii) análise e teste documental, por amostragem, dos prêmios emitidos e prêmios recebidos; (iii) conciliação, por amostragem, dos dados dos avisos com as apólices; (iv) conciliação da nota técnica atuarial com os saldos contábeis, bem como aprovação desta nota técnica atuarial pelos representantes da Administração da Seguradora; (v) com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das metodologias e premissas atuariais utilizadas, bem como revisamos os cálculos efetuados de forma a concluirmos sobre a razoabilidade dos registros efetuados; (vi) avaliação, por especialista, da metodologia e resultados alcançados no Teste de Adequação dos Passivos. Com base nas evidências obtidas, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação: A Seguradora utiliza de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Na operacionalização de seus negócios são utilizados sistemas para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de sequência. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles

determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessariamente, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Os procedimentos de auditoria aplicados resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria, contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras para os usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as

atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras; • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade, para execução da auditoria, significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas, em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente, se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 DF 002567/F

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador - CRC 1 SP 263668/O-4

GARANTA MAIS TRANQUILIDADE PARA O SEU LAR E SUA FAMÍLIA

Com o **CAIXA SEGURO RESIDENCIAL**, você tem **diversas assistências exclusivas**, coberturas para danos elétricos, roubo e furto de bens, quebra de vidros e muito mais. Você também **concorre a sorteios mensais** com prêmios de **R\$20mil!**



FAÇA UMA SIMULAÇÃO



www.caixaseguridade.com.br

Seguro garantido pela Caixa Residencial – Razo Social: X35 Seguros SA, inscrita no CNPJ nº33815582/0001-43. Código SUSEP nº0347-6. Processo SUSEP nº154167300/2020-90 SAC 0800 722 4921 ou SAC para Pessoas com Deficiência Auditiva e de Fala pelo WhatsApp (11) 99506-9519 e Ouvidoria 0800 722 4922 ou ouvidoria@caixaresidencial.com.br. O registro do produto é autônomo e não representa aprovação ou recomendação por parte do SUSEP. As Características Gerais e as características do seguro estão disponíveis em <https://autenticaudencia.caixaresidencial.com.br>. Título de capitalização de pagamento único da modalidade instantânea emitido pela X35 CAPITALIZACAO S.A. CNPJ/ME nº3815582/0001-3222. Processo SUSEP nº154167307/2022-77. Regulamento de sorteio disponível em <https://autenticaudencia.caixaresidencial.com.br>. Para mais informações consulte as Características Gerais, o regulamento e as características essenciais em www.susep.gov.br. A aceitação do proposta de seguro está sujeita à análise do risco. O segurado poderá consultar a situação atualizada do seu seguro no endereço www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro no SUSEP, nome completo CNPJ ou CPF. Os Segurados residenciais contam com diversas coberturas adicionais, como veículos e aeronaves, diâmetros, cujo contratação é opcional e deve ser solicitada pelo cliente no ato da aquisição do seguro. Consulte o seu gerente para saber como ampliar a proteção do seu imóvel.

